



ATA N.º 6

(REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)

29-11-2023

Handwritten signatures in blue ink:
1. A signature that appears to be "Jorge".
2. A signature that appears to be "Heleno".
3. A signature that appears to be "Jorge".
4. A signature that appears to be "Heleno".

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexta reunião extraordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participaram também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e a Dr.ª Cármen Estrela para esclarecimentos sobre a proposta de orçamento e Gop's para 2024. -----

-----Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às catorze horas, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Por se tratar de reunião extraordinária, não existe legalmente período de antes da ordem do dia. Vide art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aplicado aqui *a contrario sensu*. -----

ORDEM DO DIA: -----

1.º - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS A VIGORAR A PARTIR DO ANO 2024. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 24/2023, SRH, da autoria da Dr.ª Ana Duarte, cujo teor se transcreve: -----

“A alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais agora em apreciação, surge essencialmente na sequência da transferência de competências no âmbito da Educação, que se registou, por via legal a 1 de abril de 2022 e pela recente criação da Universidade Sénior Manuel de Castro.

Nestes termos cumpre a esta subunidade informar o seguinte:

1- O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, dispõe que compete à assembleia municipal sob proposta da câmara municipal:

- a) *Aprovar o modelo de estrutura orgânica;*
- b) *Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;*
- c) *Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;*
- d) *Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa;*
- e) *Definir o número máximo de equipas de projeto;*

2- O artigo 7º do mesmo diploma legal determina que quanto à câmara municipal, compete, sob proposta do Presidente e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, o seguinte:

- a) Criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências;
- b) Criar as equipas e projeto;
- c) Criar equipas multidisciplinares e determinar o estatuto remuneratório do respetivo chefe;

3 – Relativamente ao Presidente da Câmara, o artigo 8º determina que é competência deste “a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projeto e multidisciplinares, cabendo-lhe a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, e ainda, a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas”.

Em sintonia com o artigo 8º, conforme transcrito, a presente alteração é da competência do Sr. Presidente por assentar em:

- Criação da Subunidade de Educação que sob a sua dependência, ficarão os serviços de ação educativa, serviço já existente e criado o novo serviço – Universidade Sénior.
- Extinção da Subunidade de Cultura, Turismo e Património Histórico, cujas atividades serão desempenhadas, de ora em diante, pelos Serviços de Cultura e Serviço de Turismo e Património Histórico, estes já existentes.

Assim, por via da aplicação dos normativos legais aplicáveis a esta matéria, a presente proposta mantém a existência de:

- 2 Lugares de dirigentes intermédios de 2º grau – Chefe de Divisão;
- 2 lugares de dirigentes intermédios de 3º grau – Chefe de Unidade;
- 3 lugares de dirigentes intermédios de 4º grau – Chefe de Subunidade, atenta alteração agora preconizada

Suportando-se o modelo atualmente vigente de estrutura hierarquizada, apresenta-se no anexo 1, o organograma que representa graficamente a estrutura hierarquizada, dependências e principais funções do município.

Face às alterações da estrutura orgânica, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais foi, também, alterado apenas nas subunidades/serviços em que se registaram modificações, nomeadamente, a extinção da Subunidade de Cultura, Turismo e Património Histórico e a criação da Subunidade de Educação com os serviços que dela dependem – Anexo 2.

A Câmara tomou conhecimento da proposta aqui vertida que resulta de orientação do Sr. Presidente e, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais. --

2.º - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA, VISANDO A SUA APRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2023; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 25/2023, SRH, da autoria da Dr.ª Ana Duarte, cujo teor se transcreve: -----

“À semelhança dos anos anteriores, junto ao orçamento municipal para o ano civil seguinte, deve proceder-se à aprovação do Mapa de pessoal, que espelha as necessidades de recursos humanos para esse mesmo período, de acordo com as atividades de natureza permanente ou temporária que o órgão executivo pretenda desenvolver.

O órgão deliberativo pronuncia-se sobre a aprovação do mapa de pessoal, de acordo com o planeamento delineado e aprovado pela câmara municipal.

A proposta de mapa de pessoal, aproximará o mais possível à realidade local, identificando o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades municipais previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.

Legislação aplicável

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LGTFP), na sua redação atual, regula os vínculos de trabalho em funções públicas.

Da aplicação dos preceitos legais, resulta o Mapa de Pessoal do ano 2024, em que consta Unidades Orgânicas/Subunidades ou Serviços/áreas de atividade, cargos, carreiras/categorias, formação académica no caso dos detentores de carreira técnica superior, número de postos de trabalho existentes, ocupados, vagos, relação jurídica de emprego público, bem como as observações que se julgarem oportunas para melhor compreensão do que se encontra explanado no respetivo mapa.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, ao abrigo das competências previstas na alínea o) do n.º 1, art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2024, em anexo à atual Informação.

3.º - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO, GOP'S E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA O ANO DE 2024, VISANDO A SUA APRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2023;

Foi presente à Câmara a informação reg.º n.º 13505, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Cármen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

“De acordo com o enumerado no Dec. -Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, alterado pelos decretos - lei nº 85/2016 e 33/2018, de 21 de Dezembro e 15 de Maio, as autarquias locais deverão preparar um conjunto de documentos previsionais devidamente articulados:

A NCP 26 (norma da contabilidade pública) - Contabilidade e relato orçamental, prevê as demonstrações previsionais, nomeadamente:

1- Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual;

2-Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 46.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

A RFALEI, enumera além das GOP'S, outros documentos previsionais, nomeadamente o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Quadro de Médio Prazo das Autarquias Locais.

O Sr. Presidente da Câmara deixou a seguinte declaração:

“Os princípios orientadores que estão subjacentes à elaboração deste orçamento são fruto de uma cuidada análise da Lei das Finanças Locais e das várias projeções existentes para o comportamento macroeconómico do país, assim como da experiência adquirida pelos exercícios orçamentais anteriores.

À semelhança do ano anterior, assegurar a sustentabilidade financeira de longo prazo do município é um ativo bem relevante que queremos não descurar face aos tempos que estamos a viver, embora realizando o investimento necessário ao desenvolvimento socioeconómico do concelho. Assim, a proposta de orçamento do Município de Cuba, para o ano de 2024, tem em conta o atual contexto macroeconómico e os vários cenários possíveis para a sua evolução, pelo que, excecionalmente, o presente documento não deverá ser visto como um documento fechado e o mais acertado possível, mas antes como uma projeção que segue um cenário possível, embora tenha flexibilidade para se adaptar aos outros cenários prováveis no decurso da execução orçamental, sem que coloque em causa as prioridades do atual executivo, sufragadas em setembro de 2021.

O orçamento para 2024 ficará também marcado pelas Comemorações dos 50 Anos da Revolução de Abril que representa um marco maior na história do país. Uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.

Em termos de receitas municipais e por opção de gestão, para o orçamento de 2024 o Município de Cuba manterá a taxa do IMI no valor mínimo dos 0.30%.

Quanto à derrama, foi proposto para o lançamento da taxa de 1,50% sobre o lucro tributável e não isento de impostos da coleta líquida do IRS pagos pelos passivos com domicílio no concelho de Cuba e uma taxa reduzida de 1% para sujeitos passivos com volume de negócios inferior a € 150.000.

Quanto às prioridades para o ano 2024, estão inseridas no orçamento através de vários objetivos estratégicos transversais ao município que enquadram o programa autárquico sufragado em 2021, os diversos contributos recolhidos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (GOP's) de 2024, e que abaixo exporemos de forma sintética.

A) No âmbito da Proteção Civil e luta contra incêndios, neste âmbito o município continuará a conceder um importante apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cuba para a aquisição de equipamento e para a manutenção de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP), garantindo a proteção e socorro da população do concelho de Cuba em qualquer eventualidade. Está também previsto elaborar uma candidatura ao PT 2030 para aquisição de uma viatura nova para o combate aos Incêndios.

B) A **Educação** é um direito fundamental e determinante para o desenvolvimento de uma sociedade e do seu território. Por isso, o município continuará a dar grande atenção a esta área, agora com encargos acrescidos por conta da transferência das competências da administração central do Estado nesta matéria.

A par de inúmeros investimentos que têm sido feitos nos equipamentos escolares, nos recursos humanos alocados a esta área e nos apoios atribuídos às famílias e aos alunos, dos quais deveremos destacar a gratuitidade dos transportes escolares, a atribuição das bolsas de estudo e o apoio com material escolar aos alunos das famílias com carências económicas, o município continuará a apoiar o desenvolvimento de inúmeros projetos na área educativa, em colaboração com diversas entidades parceiras, e a desenvolver as atividades complementares, por forma a criar as condições adequadas ao sucesso educativo no concelho de Cuba.

C) Perspetivando-se o ano de 2024 de grave crise económica e social, com o consequente aumento de pressão junto destes serviços, ainda estão em fase de adaptação às competências recentemente recebidas da administração direta do Estado, a **Área Social** será dotada de um orçamento capaz de garantir uma resposta efetiva às populações para minorar as consequências do cenário económico e social que se antecipa, enquanto dará continuidade aos projetos de apoio às franjas da população mais vulneráveis, quer seja

no apoio à aquisição de medicamentos, no apoio ao arrendamento de imóveis ou no apoio a projetos de reinserção social, entre outros.

Em 2024 está previsto recuperar o projeto SOS Cuba Repara, um projeto importante no apoio aos mais carenciados e às famílias mais vulneráveis e isoladas do concelho.

O município continuará a manter uma atenção especial na área da ação social, embora reconheça que a prossecução dos objetivos devam continuar a ser alcançados através de um trabalho social colaborativo em rede com as várias entidades presentes no território por forma a potenciar os recursos existentes, numa lógica de participação e partilha que vise o efetivo desenvolvido social do território e das suas gentes e do qual o Governo não pode continuar a demitir-se, deixando ao poder local grande parte desse ónus.

D) A Cultura, enquanto fator de desenvolvimento de uma sociedade, continuará a merecer uma grande atenção por parte do município, quer através de iniciativa própria ou de um trabalho em rede com o movimento associativo com protocolo de colaboração estabelecido com o município.

Devemos realçar a manutenção da atividade na Biblioteca Municipal e da dinamização cultural da **Casa Museu Literário Fialho de Almeida**, bem como o regresso da dinamização do **Centro Cultural de Cuba**, após o investimento na sua reabilitação e modernização com a recuperação do equipamento para a projeção de cinema.

No que concerne aos eventos, o destaque vai para a realização do grande **Corso Carnavalesco**, que continua a trazer ao concelho milhares de visitantes contribuindo para a dinamização da economia local, e para o regresso do **Festival do Caracol**, que depois do interregno regressará no ano de 2024 para dinamizar a restauração local ao promover a gastronomia alentejana, através da degustação de um prato tão típico e tão tradicional desta época do ano como é o caracol.

Outros projetos que terão concretização no ano de 2024, além da habitual **Feira do Livro** com o objetivo de promover o livro e hábitos de leitura, é importante mencionar a reedição do **Prémio Literário Fialho de Almeida**, com o objetivo de homenagear o escritor alentejano Fialho de Almeida e ao mesmo tempo promover, defender e valorizar a Língua Portuguesa e a identidade e diversidade cultural da região alentejo e das suas tradições, incentivando a criação literária nas modalidades de coletânea de contos e

romance, bem como o gosto pela leitura e pela escrita; o projeto **Retratos em Cuba – Arte e Encontro**, que tem por objetivo a realização de uma residência artística para retratar os rostos das gentes *anónimas* do concelho de Cuba em homenagem ao seu Povo; o projeto de criação do **Percurso Literário Manuel de Castro**, para valorizar a vida e obra do sindicalista e poeta popular cubano.

Em matéria de investimento de capital, será concluída a reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva, que há muito carecia de uma recuperação que lhe permitisse uma refuncionalização e concedesse uma maior versatilidade na sua utilização. O Centro Cultural de Cuba será alvo de uma remodelação e modernização do espaço e de equipamentos, nomeadamente com a introdução de um sistema de cinema digital 4K.

E) Na área do Desporto, Recreio e Lazer o executivo continuará a dar apoio a todas as associações desportivas que desenvolvem a sua atividade no concelho, depositando nelas a confiança e responsabilidade pela promoção de atividades e modalidades desportivas, enquanto ao município competirá garantir que o seu acesso é universal e transversal às várias faixas etárias, desenvolvendo iniciativas que permitam corrigir determinados enviesamentos. Aqui, devemos destacar no próximo ano o regresso da prova de **Triatlo e Duetlo** e da **Feira da Saúde e do Desporto**, na qual se incluirá o **Prémio de Atletismo Dr. Carlos Gradiz**. Estes eventos desportivos de âmbito nacional e regional permitem a promoção do desporto no concelho, enquanto prática para um estilo de vida saudável, e simultaneamente promovem o território e dinamizam a economia local.

Está previsto no orçamento deste ano o **início da requalificação dos parques infantis** do concelho um projeto planeado e pensando para estar pronto em 3 anos e que será uma mais valias para os mais jovens de todas as freguesias.

F) No objetivo Mercados e Feiras, a **Feira Anual de Cuba** continuará a ser o evento com maior expressão no concelho, que pretende, à semelhança de anos anteriores, intervir numa região de características rurais e fomentar assim uma tradição quase centenária da malha económica local onde o comércio e as gentes se encontram. Prevê-se a introdução de uma iniciativa ligada ao vinho durante a realização da edição de 2024.

G) Para o Turismo, que se tem vindo a afirmar como um dos setores emergentes no concelho e na região, prevê-se uma dotação que garanta a continuidade da projeção do concelho de Cuba enquanto destino turístico. Sendo um setor com capacidade para criar

emprego, induzir o aumento de atividades noutros setores e gerar proveitos para a economia local, o turismo continuará a merecer uma atenção privilegiada na estratégia de desenvolvimento do município.

O ano de 2024, no que ao turismo diz respeito, ficará marcado pela criação da **Rota Literária do País das Uvas**, em colaboração com o Município de Vidigueira, para a promoção da vida e obra do escritor.

Em 2024 a autarquia apoiará os eventos previstos para as freguesias rurais, como é o caso do **Provando o Tareco** e os regressos da **Vila Ruiva Medieval** e da **Feira da Caça, da Pesca e do Mundo Rural** em Faro do Alentejo, que têm como objetivo promover o território e os recursos turísticos de cada freguesia.

No âmbito dos projetos **do vinho e do enoturismo** “O Vinho na Vila” – 2. Edição, regressará a Vila Alva em 2024 e conta, mais uma vez, com um forte apoio do Município, um evento que já mostrou todas as suas potencialidades neste primeiro ano e que coloca a freguesia de Vila Alva na rota das provas de vinho nacionais sendo obrigatória a presença de muitos e conceituados produtores nacionais e internacionais do vinho de talha.

H) Na reabilitação urbana o destaque vai para o término da empreitada do Centro de Recolha Oficiais de animais de Cuba e para o início das empreitadas da requalificação do Largo da Praça em Faro do Alentejo e do Jardim do Largo da República em Vila Ruiva. Está também previsto a elaboração do projeto e o início da empreitada da construção de um novo Mercado Municipal e a requalificação da Praça da República em Cuba.”

Agradeceu todos os contributos recebidos, quer por parte dos vereadores da oposição quer dos dirigentes e trabalhadores para a elaboração do documento. Realçou que foi o ano em que mais propostas recebeu.

A Dr.ª Carmen Estrela fez a apresentação técnica do documento.

Os Vereadores do PS apelidaram o orçamento de ano zero porque novamente veem aí refletido apenas o regresso dos eventos mas constatarem a falta de medidas de investimento para a criação de emprego e fixação de empresas e jovens no concelho.

Perguntaram ao Sr. Presidente da Câmara quais são as medidas concretas para a área social uma vez que esta área abrange grande parte do orçamento.

A Sr.ª Vereadora Sandra Serrano respondeu e discordou desta visão dos vereadores do PS e frisou que a Câmara está a fazer um trabalho muito bom na área social com as medidas que estão consagradas no documento.

O Sr. Presidente da Câmara disse que os vereadores do PS se contradizem desde o início da discussão uma vez que, por exemplo, falam num grande peso em termos de trabalhadores na autarquia mas depois reconhecem que em determinadas áreas ainda são deficitários, que não há incentivos para as empresas quando nos últimos anos se verificou a maior fixação de empresas no concelho.

Referiu que os eventos que se realizam acabam por ser forma de atrair investimento para o concelho através da vinda de visitantes que não só tomam conhecimento da realidade local como, consequentemente, se interessam pela região.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, deliberou: -----

1.º - Aprovar os Documentos Previsionais para o ano económico de 2024, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual;

2.º - Remeter o referido documento para aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para que, este ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo normativo legal proceda à respetiva aprovação;

3.º - De acordo com o enumerado no art.º 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. -----

4.º - **CONTRATO DE ARRENDAMENTO COMERCIAL DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS SITO NO PARQUE MANUEL DE CASTRO – O POETA – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES PENDENTES INERENTES A RENDAS E ENERGIA ELÉTRICA COM EFEITOS A 31 DE OUTUBRO DE 2023;**-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 40/2023, DAODS da autoria do Chefe de Divisão

Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

"Anomalias detetadas no contador de energia elétrica, que levaram a pagamentos por parte da Arrendatária de verbas que por ela não eram devidas. Suspensão do pagamento das rendas enquanto a situação não tivesse sanada. Utilização da prerrogativa de não abertura no período de inverno por parte a arrendatária (01 de novembro de 2023 a 30 de abril de 2024).

Como é consabido em junho de 2022, foi outorgado contrato de arrendamento comercial do estabelecimento sito no Parque Manuel de Castro, a que a arrendatária viria a denominar de "O Poeta". Vide doc. n.º 1

Esse contrato foi outorgado pelo prazo de quatro anos e com a obrigatoriedade de abertura entre 01 de maio e 31 de outubro.

Em 09 de novembro de 2022, deliberou a Câmara na sequência de requerimento da arrendatária legitimar a mesma a estar aberta no período de inverno (01 de novembro de 2022 a 30 de abril de 2023), com redução da renda em 50%, por se tratar de época baixa onde a adesão seria efetivamente menor atentas a localização e especificidades do espaço. Vide doc. n.º 2

Existindo três contadores no Parque Manuel de Castro, a arrendatária não efetuou contrato para o contador que lhe foi comunicado, mas sim para um outro que supostamente deveria servir para a iluminação de todo o Jardim, para a iluminação decorativa, para as bombas do Lago e para o Coreto. Vide doc. n.º 3

Por serem considerados consumos exagerados e ocorrerem cortes permanentes de eletricidade, no passado dia 14 de outubro de 2023, houve uma deslocação ao local dos contadores por parte do esposo da arrendatária, e em representação da autarquia, de mim próprio, que me fiz acompanhar do Eng.º Carlos Daroeira, e dos nossos Eletricistas, Srs. Francisco Baltazar e Fernando Candeias.

Pelos nossos eletricitas foi de imediato constatado que os selos da EDP/E-Redes estavam danificados e havia forte probabilidade de alguns dos disjuntores terem sido adulterados. No dia seguinte, ou seja, a 15 de outubro de 2023, foi efetuada participação à E-Redes por eventual fraude.

Os técnicos da E-Redes dirigiram-se ao local no dia 09 de dezembro de 2023, tendo sido acompanhados pelo Eng. Carlos Daroeira, e exclusivamente da responsabilidade da E-Redes foi efetuado o Auto de Inspeção, cuja cópia aqui anexamos. Vide doc. n.º 4

Por ser difícil decifrar o teor daquilo que está inscrito no auto, importa registar que fomos informados pela E-Redes que haviam sido encaminhados indevidamente e à margem do operador para o contador A, com o n.º 226 201 9879, todos os consumos inerentes à iluminação do Jardim do Parque Manuel de Castro, da iluminação decorativa do dito parque, das bombas do Lago, do Coreto e ainda, os consumos do Estabelecimento de Restauração do Local e a iluminação do pavimento.

Não tivesse ocorrido adulteração dos quadros elétricos e a situação adequada deveria ser a seguinte:

1.º - Contador A, com o n.º 226 201 9879, contabilizando a Iluminação Pública das colunas do Jardim que formalmente é considerada iluminação decorativa, onde se inclui também as luzes inseridas no pavimento da rua principal da infraestrutura de lazer, as bombas do lago e a energia consumida no Coreto – encargos que serão da responsabilidade da Câmara Municipal;

2.º - Contador B, com o n.º 400 26 131, contabilizando os consumos energéticos do Bar/Restaurante, que incluem a iluminação do pavimento que integra o edifício – encargos que serão da responsabilidade da arrendatária;

3.º - Contador C, com o n.º 400 26 131, contabilizando os consumos energéticos da Bomba de Rega e da Captação do Furo ali existente – encargos que serão da responsabilidade da Câmara Municipal;

Com a adulteração ocorrida e, em resultado também do erro de comunicação da arrendatária ao agente local da operadora energética para que se formalizasse o contrato adequado, a arrendatária suportou os encargos do contador A onde estavam indevidamente colocados mais itens que os devidos, ou seja, nesse quadro eram contabilizados: a Iluminação Pública das colunas do Jardim, onde se inclui também as luzes inseridas no pavimento da rua principal da infraestrutura de lazer, as bombas do lago e a energia consumida no Coreto e ainda os consumos energéticos do Bar/Restaurante, que incluem a iluminação do pavimento que integra o edifício.

Assim inadvertidamente, sem que nenhuma das partes o soubesse, quer senhorio quer arrendatária, esta última estava a suportar para além dos seus encargos, consumos energéticos da responsabilidade da autarquia em cima detalhadamente descriminada.

Na sequência da adulteração ocorrida a E-Redes abriu um processo de averiguações, pois é a única entidade habilitada e com competência para apurar o que se passou, os serviços da Câmara Municipal aguardam que a conclusão dessas diligências lhe sejam comunicadas para depois expor o assunto ao órgão executivo e delinear o que poderá e deverá ser feito, se vier a apurar-se que ali ocorreu um ilícito criminal que deverá ser reportado ao Ministério Público.

Na segunda quinzena dezembro de 2022, quer a arrendatária, quer a Câmara Municipal, enquanto senhorio, junto da agente local de uma operadora de eletricidade solicitaram a regularização formal da situação e ficámos cientes que a situação havia sido sanada, tendo a autarquia em 19 de dezembro de 2022 solicitado à Sr.ª Angelina Massapina – a supracitada agente Local de Operadoras de Energia, entre as quais a Goldenergy, que efetuasse contrato comercial para o contador n.º 00 226 201 9879 em nome da Câmara Municipal.

Em junho de 2023 fomos afirmados pela dita agente que afinal não havia conseguido desbloquear a situação e só mudando de operadora o iria conseguir. A Câmara não se opôs a essa situação e assim sendo apenas no dia 15 de junho de 2023, a problemática foi totalmente ultrapassada. Vide doc. n.º 5

Neste contexto, a arrendatária ainda que não o soubesse continuou a liquidar consumos energéticos que não eram da sua responsabilidade, sendo que a Câmara até à informação que lhe chegou da agente local no início de junho de 2023, ainda tinha menos noção dessa premissa em função das dezenas de contratos elétricos que possui, e depois de ter solicitado formalmente em dezembro do ano transato a regularização da situação.

Cientes que a situação apenas ficou totalmente sanada em meados de junho de 2023, entenderam os serviços que seria necessário deixar passar alguns meses para poder ter um histórico de consumos de ambos os lados e aí sim, poder junto da arrendatária apresentar-lhe uma proposta de solução para o dilema, proposta essa que fosse equitativa para as duas partes.

Nesse sentido havia sido decidido tecnicamente em novembro de 2022, que as rendas seriam suspensas a partir de novembro de 2022, mês subsequente à deteção da anomalia, e até ao momento em que a situação estivesse resolvida, porquanto a arrendatária havia pago largas centenas de euros de energia que não era da sua responsabilidade. Regista-se suspensão que não “perdoada” estando sempre prevista a regularização quer formal, quer contabilística da situação, com o pagamento das rendas à autarquia por parte da arrendatária e com o pagamento dos consumos energéticos à arrendatária que deveriam ter sido suportadas pela autarquia.

Nesse contexto reunimos com a arrendatária no passado dia 16 de outubro, tendo a mesma sido acompanhada pelo esposo, sendo que em representação da Câmara estive eu e a outra dirigente de 2.º grau, Dra. Carmen Estrela, porquanto a questão envolvia as duas divisões.

Nessa reunião foi constatado o seguinte, e passo a elencar:

- a) – Que a arrendatária possuía contrato comercial com a autarquia onde paga de renda mensal 359,78€, já com IVA incluído;
- b) – Que esse contrato está em vigor desde 16 de julho de 2022, e é válido por quatro anos;
- c) – Que a arrendatária tem obrigação de ter o espaço aberto no período compreendido entre 01 de maio e 31 de outubro de cada um dos quatro anos de duração do vínculo;
- d) – Que no ano de 2022 a arrendatária solicitou à Câmara a viabilidade de permanecer aberta no período de inverno compreendido entre 01 de novembro e 30 de abril do ano subsequente, tendo a autarquia deferido tal pretensão determinado que a renda teria uma redução de 50% nesse período pela muito provável redução a adesão, ou seja, renda de 179,89€, Iva incluído;
- e) – Que a arrendatária comunicou na dita reunião que não pretendia usufruir da possibilidade de abrir no período de inverno, por decisão própria, direito que lhe assiste, e que iria remeter documento à autarquia a formalizar essa sua decisão, e elencar um conjunto de reparações que julgava relevantes serem efetuadas;
- f) – Por parte dos representantes da autarquia foi-lhe dito que abrir no período de

inverno era uma decisão discricionária, logo não obrigatória, bastando disso dar conhecimento formal à câmara por escrito, devendo nessa comunicação elencar as obras que julgava oportunas, que à posteriori seriam avaliadas por quem de direito para aferir a quem incumbia a responsabilidade de realização das mesmas;

g) – Em momento algum a arrendatária suscitou a possibilidade da questão das obras da responsabilidade da Câmara se resolver nos restantes 14 dias até final de outubro, porquanto ficou notário que a mesma já tinha decidido unilateralmente, que não iria solicitar a abertura no período de inverno;

h) – Que por força da situação narrada na presente informação havia sido suspenso o pagamento das rendas até a problemática da energia elétrica estar sanada;

i) – Em virtude da situação enunciada na alínea anterior a arrendatária deve à autarquia as rendas de novembro de 2022 a abril de 2023 – período de inverno, no valor global de 1.079,34€, mais as rendas de maio a outubro de 2023 – período de verão, no valor global 2.158,68€, o que perfaz um montante total de 3.238,02€ (dois mil oitocentos e setenta e oito euros e vinte quatro centimos), valor que deverá ser liquidado no decurso de dezembro de 2023;

j) – A arrendatária pagou de energia elétrica até 16 de junho de 2023, momento da resolução definitiva da questão, alguns valores que eram da responsabilidade da autarquia a saber: entre o início do contrato – julho de 2022 e dezembro de 2022, cuja responsabilidade foi considerada de forma, conjunta porquanto tinha os encargos do bar e a iluminação decorativa liquidou 3.229,65€.

j.1) – Houve uma proposta prévia de acordo, que agora deverá ser validada pela Câmara, em que a autarquia assume um valor mensal de 350€ até dezembro de 2022, correspondente à liquidação de cinco meses inerente aos gastos da iluminação decorativa, às bombas dos jatos de água e à luz do coreto, no valor global de 1.750€, acrescidos de 867,61€ ainda pagos pela arrendatária em 2023, somando essas quantias no total 2.617,61€ (dois mil seiscentos e dezassete euros e sessenta e um centimos);

j.2) – Atendendo a que a regularização formal dos contratos apenas ocorreu em 19 junho de 2023, já no decurso de 2023 a Câmara assumiu o ónus de pagar faturas que estando em nome da arrendatária, a autarquia sabia que eram por si devidas. A documentação inerente a toda a faturação de energia elétrica mencionada nesta alínea, bem como em j.1) pode-se ser consultada nos Serviços Financeiros por quem demonstre legitimidade para tal.

Posteriormente à reunião, no dia 18 de outubro, chegou formalmente à autarquia a missiva onde a arrendatária formalizava a não intenção de utilizar o período de inverno, sendo que por se tratar de assunto que precisa ser analisado pelos serviços operativos e pelos serviços jurídicos, opta-se por deixar essa situação para momento ulterior, apenas se registando por ora, que o contrato encontra-se suspenso desde 01 de novembro de 2023.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento do teor integral da presente informação que ficará integralmente transcrita na ata;

2.º - Registrar que foram adulterados os contadores do Parque Manuel de Castro por desconhecidos, ignorando-se desde quando, pelo que se aguarda a conclusão do processo de averiguações em curso nos serviços da E-Redes;

3.º - Registrar que a autarquia tomou conhecimento formal da anomalia em outubro de 2022, confirmada pela E-Redes a 09 de dezembro de 2022;

4.º - Aferir que, por opção técnica, foram suspensas desde novembro de 2022, o pagamento das rendas do estabelecimento comercial até se compreender o alcance e os pormenores das quantias pagas indevidamente pela arrendatária;

5.º - Constatar que a situação ficou totalmente regularizada em junho de 2023, e entenderam os serviços deixar decorrer um trimestre para poder ter histórico de consumos para a componente que era da responsabilidade da autarquia;

6.º - Tomar conhecimento formal que em 16 de outubro de 2023, teve lugar uma reunião entre o Senhorio, representando pelos dirigentes de 2.º grau Vitor Fialho e Carmen Estrela, e a arrendatária Marisa Cascão, que se fez acompanhar do esposo;

7.º - Da reunião referida no número anterior resultou uma proposta prévia de acordo que agora nos foi apresentada;

8.º - Aceitar a proposta apresentada pelos serviços, corroborada pela arrendatária, e dessa forma notificar a arrendatária que deve liquidar à autarquia as rendas de novembro de 2022 a abril de 2023 – período de inverno, no valor global de 1.079,34€, mais as rendas de maio a outubro de 2023 – período de verão, no valor global 2.158,68€, o que perfaz um montante total de 3.238,02€ (dois mil oitocentos e setenta e oito euros e vinte quatro cêntimos), valor que deverá ser liquidado no decurso de dezembro de 2023;

9.º - Assumir formalmente o pagamento de um valor mensal de 350€ de consumos energéticos até dezembro de 2022, correspondente à liquidação de cinco meses inerente aos gastos da iluminação decorativa, às bombas dos jatos de água e à luz do coreto, no valor global de 1.750€, acrescidos de 867,61€ ainda pagos pela arrendatária em 2023, somando essas quantias no total 2.617,61€ (dois mil seiscentos e dezassete euros e sessenta e um cêntimos), devendo como tal ser emitida uma nota de crédito a favor da arrendatária nesse montante;

10.º - Tomar conhecimento que, posteriormente à reunião com os dirigentes supramencionados, no dia 18 de outubro, chegou formalmente à autarquia a missiva onde a arrendatária formalizava a não intenção de utilizar o período de inverno, sendo que por se tratar de assunto que precisa ser analisado pelos serviços operativos e pelos serviços jurídicos, opta-se por deixar essa situação para momento ulterior, apenas se

registando por ora, que o contrato encontra-se suspenso desde 01 de novembro de 2023.

5.º - CONTRATO DE ARRENDAMENTO COMERCIAL DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS SITO NO ECOPARK DO ALENTEJO CENTRAL – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES PENDENTES INERENTES A ENERGIA ELÉTRICA E CONSUMOS DE ÁGUA COM EFEITOS A 31 DE OUTUBRO DE 2023;

Foi presente à Câmara a informação n.º 41/2023, DAODS da autoria do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve:

Como é consabido em julho de 2023, foi outorgado contrato de arrendamento comercial, no conceito paredes nuas, em que não existe lugar ao pagamento de IVA, do estabelecimento sito no Ecopark do Alentejo Central, na freguesia de . **Vide doc. n.º 1**

Esse contrato foi outorgado pelo prazo de três anos, por um valor de 400€, isentos de IVA, prorrogável até ao limite de 10 anos, e com a obrigatoriedade de abertura entre 15 de maio e 15 de setembro.

Excecionalmente este foi considerado o ano zero, com 50% do valor das rendas mediante deliberação camarária, em que o estabelecimento apenas abriu a 12 de agosto e por acordo das partes apenas encerrou portas a 01 de novembro de 2023.

A arrendatária ainda preconizou a possibilidade de continuar com o espaço aberto para além deste período, mas acabou por iniciativa própria por desistir da pretensão.

Sendo o ano zero, face às diversas contrariedades que foi necessário ultrapassar todo o espaço teve que funcionar com um tipo de energia elétrica alternativa, suportado na íntegra pela autarquia. De igual modo o contador da água, ainda que instalado desde o início apenas foi formalizado contrato de água com efeitos 15 de novembro de 2023.

Nesse contexto reunimos com a arrendatária no passado dia 15 de novembro, tendo a mesma sido acompanhada pelo esposo, sendo que em representação da Câmara estive eu e a outra dirigente de 2.º grau, Dra. Carmen Estrela, porquanto a questão envolvia as duas divisões.

Nessa reunião foi constatado o seguinte, e passo a elencar:

- a) – Que a arrendatária possuía contrato comercial com a autarquia onde paga de renda mensal 4000€, isenta de IVA, tendo ocorrido uma redução em 50% por se tratar do ano 0 (zero) em que o espaço abriu dois meses depois do previsto para os anos subsequentes, ano 1 e seguintes;
- b) – Que esse contrato está em vigor desde 12 de agosto de 2023, e é válido por três anos, renováveis até ao limite de 10 anos;
- c) – Que a arrendatária no ano 1 tem obrigação de ter o espaço aberto no período compreendido entre 15 de maio e 15 de setembro de cada um dos três anos de duração do vínculo;

d) – Que no ano de 2023 a arrendatária solicitou à Câmara a viabilidade de permanecer aberta no período de inverno, mas posteriormente veio a revogar essa pretensão que não chegou a ser submetida a deliberação da Câmara Municipal;

e) – Na sequência da alínea anterior, a arrendatária comunicou na dita reunião que não pretendia usufruir da possibilidade de abrir no período de inverno, por decisão própria, direito que lhe assiste;

f) – Por parte dos representantes da autarquia foi-lhe dito que abrir no período de inverno era uma decisão discricionária, logo não obrigatória, bastando disso dar conhecimento formal à câmara por escrito, ato que já havia sido efetuado;

g) – Que a arrendatária havia já liquidado a totalidade das rendas que eram por si devidas;

h) – Atenta a especificidade deste ano zero a arrendatário não pagou qualquer valor de água e luz e havia que encontrar-se uma forma de regularizar esta situação;

i) – Houve uma proposta prévia de acordo, que agora deverá ser validada pela Câmara, em que a autarquia propõe que a arrendatária suporte um custo global de 300€ por cada um dos meses em que teve o espaço aberto, perfazendo um valor global de 750€ (setecentos e cinquenta euros);

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento do teor integral da presente informação que ficará integralmente transcrita na ata;

2.º Registrar que atenta a especificidade deste ano zero a arrendatário não pagou qualquer valor de água e luz e importa encontrar-se uma forma de regularizar esta situação;

3.º – Aceitar a proposta prévia de acordo, validando que a arrendatária suporte um custo global de 300€ por cada um dos meses em que teve o espaço aberto, perfazendo um valor global de 750€ (setecentos e cinquenta euros), valor a pagar no mês de dezembro;

6.º - CONTRATO DE ARRENDAMENTO COMERCIAL DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS SITO NO JARDIM DOS COMBATENTES. – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES PENDENTES INERENTES A RENDAS COM EFEITOS A 31 DE OUTUBRO DE 2023;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 42/2023, DAODS da autoria do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“Como é consabido em 28 de julho de 2023, foi outorgado contrato de arrendamento comercial, no conceito paredes nuas, em que não existe lugar ao pagamento de IVA, do estabelecimento sito no Jardim dos Combatentes em Cuba. Vide doc. n.º 1

Esse contrato foi outorgado pelo prazo de cinco anos, por um valor de 300€ mensais, isentos de IVA, e com a obrigatoriedade de abertura entre 01 de maio e 30 de setembro.

O contrato previu expressamente a possibilidade imediata de prorrogação para o período de inverno, situação em que a renda seria reduzida em 50%.

Relembramos que este espaço já tinha sido colocado a concurso antes e havia ficado deserto, pelo que no tempo adequado não foram efetuadas algumas obras de conservação, da responsabilidade do senhorio, necessárias à abertura do espaço.

Confrontados com essa situação e perante a incapacidade de resposta da autarquia para, recorrendo à execução de trabalhos por Administração Direta os executar, porquanto os trabalhadores estavam afetos a outras iniciativas já programadas e inadiáveis, para dirimir a questão tecnicamente foi posto em cima da mesa a seguinte possibilidade legal:

Artigo 1074.º

Obras

1 - Cabe ao senhorio executar todas as obras de conservação, ordinárias ou extraordinárias, requeridas pelas leis vigentes ou pelo fim do contrato, salvo estipulação em contrário.

2 - O arrendatário apenas pode executar quaisquer obras quando o contrato o faculte ou quando seja autorizado, por escrito, pelo senhorio.

3 - Excetuam-se do disposto no número anterior as situações previstas no artigo 1036.º e no artigo 22.º-A do regime jurídico das obras em prédios arrendados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto.

4 - (Revogado.)

5 - Salvo estipulação em contrário, o arrendatário tem direito, no final do contrato, a compensação pelas obras licitamente feitas, nos termos aplicáveis às benfeitorias realizadas por possuidor de boa fé.

Artigo 1036.º

(Reparações ou outras despesas urgentes)

1. Se o locador estiver em mora quanto à obrigação de fazer reparações ou outras despesas, e umas ou outras, pela sua urgência, se não compadecerem com as delongas do procedimento judicial, tem o locatário a possibilidade de fazê-las extrajudicialmente, com direito ao seu reembolso

Com a autorização do vice-presidente, eleito responsável pelos trabalhos por administração direta, foi comunicado à arrendatária que estava legitimada a executar as obras necessárias à abertura do espaço, podendo as mesmas ser deduzidas das rendas, mediante comprovativo das despesas apresentadas, devidamente validadas pelos serviços. Vide doc. n.º 2

Registamos que o espaço abriu a 15 de agosto de 2023 e esteve aberto até 15 de outubro de 2023.

Neste contexto, no que concerne a rendas a liquidar chegamos aos seguintes valores:

- Agosto : 15 dias – 150€;
- Setembro : mês completo – 300€;
- Outubro : 15 dias – 75€ (com redução de 50% por se tratar de período de inverno;

Valor global das rendas: 525€ (quinhentos e vinte e cinco euros).

Por outro lado consideramos de validar as obras e respetiva aquisição de matérias, onde surge documentação com o NIF da arrendatária e numa fatura, excecionalmente o NIF do seu pai, inerente À aquisição de tintas, documentos esses no seguinte valor: 400 € + 45,50€ + 8,34€ = 453,84€ (quatrocentos e cinquenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos).

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1.º - Tomar conhecimento do teor integral da presente informação que ficará integralmente transcrita na ata;
- 2.º Registrar a possibilidade preconizada para realização das obras de conservação a Câmara fazendo uso do art.º 1036.º, por remissão do art.º 1074.º, ambos do Código Civil, valida e aprova o pré-acordo efetuada para a abertura do espaço, registando que as rendas pelo período de tempo que o espaço esteve aberto perfazem o valor de 525€, mas a arrendatária tem a seu favor um crédito de 453,84€, em função das obras que realizou no espaço, como tal em sintonia com os normativos legais em cima enunciados deverá entregar na autarquia no decurso do mês de dezembro o valor de 71,16€ (setenta e um euros e dezasseis cêntimos);
- 3.º - Assumir o compromisso de antes de 01 de maio de 2024 ter concluída a intervenção no telhado do edifício, cuja necessidade foi confirmada pelos serviços;
- 4.º - Informar a arrendatária que o espaço deverá reabrir a 01 e maio de 2024.

7.º - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA AFETAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL AOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA AMCAL PARA O ANO DE 2024, VISANDO A SUA APRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2023; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 83/2023, SAJAI, da autoria da Assistente Técnica Marina Batista, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência dos anos transatos, foi presente a informação prestada pela AMCAL sobre a afetação a cada um dos municípios associados com a despesa do pessoal da referida Associação para o ano de 2024, de que resultou a imputação de 18,84% ao Município de

Cuba, a que corresponde o montante total de € 118.392,68, conforme documento que se anexa à presente informação e se dá por integralmente reproduzido.

Quid Juris?

De harmonia com o disposto nos n.ºs 3 e 5 do art.º 31.º do Estatutos da AMCAL “As despesas efetuadas com pessoal do quadro próprio e outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados” e “Para efeitos dos números anteriores compete à AI deliberar sobre a forma de imputação das despesas aos municípios associados com o acordo das assembleias municipais respetivas”.

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (“Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões”), remeter o presente assunto para que o órgão executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, o submeta para deliberação pela Assembleia Municipal.

Mais, deve a verba acima referida ser cabimentada e comprometida, nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar os valores da afetação do município com a despesa do pessoal da referida Associação para o ano de 2024, de que resultou a imputação de 18,84% ao Município de Cuba, a que corresponde o montante total de € 118.392,68, conforme documento que se anexa à presente informação e se dá por integralmente reproduzido. -----

8.º - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUBA PARA AMCAL PARA O ANO DE 2024, VISANDO A SUA APRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2023; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 83/2023, SAJAI, da autoria da Assistente Técnica Marina Batista, cujo teor se transcreve: -----

“Foi-nos presente, para enquadramento, o valor mensal que cabe ao Município de Cuba no âmbito da comparticipação devida como associado da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, documento que se anexa à presente informação.

Quid júris?

De harmonia com o disposto no n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos da AMCAL “São obrigações dos municípios associados contribuir com a quota de funcionamento a definir anualmente pela Assembleia Intermunicipal (...)”. Por seu turno a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos estabelece que “É da exclusiva competência da AI (...) fixar anualmente as contribuições dos associados, as quais carecem, contudo, do acordo expresso das assembleias municipais dos municípios em causa”.

Desta forma foi aprovada pela Assembleia Intermunicipal da AMCAL a quota mensal de € 2.000 (dois mil euros), devida por cada município associado.

Cabe ao Município de Cuba, para o corrente ano, uma comparticipação total de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros).

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (“Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões”), remeter o presente assunto para que o órgão executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, o submeta para deliberação pela Assembleia Municipal.

Mais, deve a verba acima referida ser cabimentada e comprometida, nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a proposta vertida na presente informação. -----

9.º - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO NO VALOR DE 500.000€ À CCAMGI, VISANDO A SUA APRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2023; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 42/2023, DAODS da autoria do Chefe de Divisão

Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

Como é consabido na Reunião de Câmara que teve lugar no passado dia 08 de novembro de 2023, atenta a informação n.º 37/2023 da minha autoria deliberou o órgão executivo colegial a abertura do procedimento contratual mencionado no assunto.

No seguimento dessa deliberação foram despoletadas as diligências visando auscultar as três entidades escolhidas para serem convidadas a apresentar propostas.

Essas entidades responderam afirmativamente e da análise das suas propostas resultou o relatório preliminar que se encontra aqui anexo, cujo teor detalha ao pormenor as razões pelas quais a CCAMGI foi considerada a proposta mais vantajosa.

Durante esse período de tempo nada foi dito por nenhuma das três entidades que apresentaram propostas.

Nestes termos, foi elaborado o Relatório Final, cujo documento também se encontra aqui apenso.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, deliberou:

1.º - No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, isto é, apresentar propostas à Assembleia Municipal em matérias da competência desta, remeter para aquele órgão autárquico a aprovação da adjudicação à CCAMGI, nas condições aqui anexas, do procedimento visando a contratação do empréstimo de curto prazo, no valor de 500.000€ (quinhentos mil euros) para fazer face às dificuldades de tesouraria no ano económico e civil de 2024;

2.º - Registrar que, por se tratar de empréstimo que gera dívida flutuante e não dívida fundada o contrato está dispensado de visto prévio do Tribunal de Contas por aplicação à *contrário* da exigência consignada na alínea a) do art.º 45.º da LOPTC;

3.º - Registrar que, uma vez aprovado o empréstimo por parte da Assembleia Municipal, outorgado o contrato após concordância com as cláusulas contratuais propostas pela entidade bancária vencedora, o mesmo estará na sua plena eficácia e legitimidade para produção de efeitos a partir de janeiro de 2024.



Helena



Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,15 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

